

ÁREA TEMÁTICA: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, GOVERNO E TERCEIRO SETOR

POLÍTICAS PÚBLICAS VINCULADAS A AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA

RESUMO

Este artigo tem por objetivo apresentar um panorama da produção acadêmica, relativa ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), levantando as publicações entre 2019 e 2023. Assim, busca-se realizar uma análise estatística e quantitativa dos artigos que envolvem as políticas do PRONAF e PAA, com avaliação de várias métricas bibliográficas, como o número de artigos publicados, autores com maior produtividade, periódicos de maior relevância, entre outros indicadores, identificando assim as principais tendências do tema, para conhecer os principais pesquisadores e instituições envolvidas e avaliar o impacto das publicações científicas. A identificação de lacunas e oportunidades de pesquisa, fruto deste trabalho, irá ajudar na avaliação de produtividade e impacto científico do tema. Os autores mais citados foram: NEWBERY (83) KIMMITT (57) MUNOZ (57) e IGWE, sendo Brasil e Estados Unidos os países com maior número de publicações.

Palavras-chave: Pronaf. Política Pública. Agricultura Familiar.

ABSTRACT

This article aims to present an overview of the academic production, related to the National Program for the Strengthening of Family Agriculture (PRONAF) and the Food Acquisition Program (PAA), raising the publications between 2019 and 2023. Thus, we seek to perform a statistical and quantitative analysis of the articles that involve the policies of PRONAF and PAA, with evaluation of various bibliographic metrics, such as the number of articles published, authors with higher productivity, journals of greater relevance, among other indicators, thus identifying the main trends of the theme, to know the main researchers and institutions involved and to evaluate the impact of scientific publications. The identification of gaps and research opportunities, the result of this work, will help in the evaluation of productivity and scientific impact of the theme. The authors most cited were: NEWBERY (83) KIMMITT (57) MUNOZ (57) and IGWE, with Brazil and the United States being the countries with the largest number of publications.

Keywords: Pronaf. Public Policy. Family Farming.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar (AF) também conhecida e identificada historicamente como “os pequenos agricultores” sempre foram situados ao largo das ações do Estado brasileiro, porém com a Constituição de 1988 um novo caminho de inclusão social instalado no Brasil veio afirmar os direitos deste setor que eram escassos e pouco reconhecidos (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

Ainda segundo Grisa e Schneider (2014), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1995, tem em uma trajetória marcada por reformulações, adaptações e atualizações que aperfeiçoaram sua institucionalidade, o programa se transformou em uma referência e um ponto de apoio para grande parte das políticas de desenvolvimento rural. Isso fica evidenciado com o Censo Agropecuário de 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde 76,62% dos estabelecimentos agropecuários que receberam financiamento do governo foram beneficiados pela política pública do PRONAF, ou seja, 320.922 (trezentos e vinte mil, novecentos e vinte e dois) de um total de 418.853 (quatrocentos e dezoito mil, oitocentos e cinquenta e três). Comparando esses dados com o total de estabelecimentos, que é de 5.073.324 (cinco milhões, setenta e três mil, trezentos e vinte e quatro) conclui-se que está política pública de fortalecimento tem um campo fértil para expandir e atingir um número maior de produtores individuais, que representam 72,02% dos estabelecimentos.

A política pública do PRONAF, assim como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no qual está inserido o Exército Brasileiro, e o Programa Nacional Alimentação Escolar (PNAE) são consideradas as principais políticas do país vocacionadas para atender a agricultura familiar. Onde o PRONAF está direcionado ao acesso de crédito rural, e os demais citados vocacionados para criação de mercados institucionais para compras públicas de produtos oriundos da agricultura familiar (SANTOS; SOUZA; RESENDE, 2020).

A evolução do marco legal que rege as compras institucionais está assim disposta: a) em 02 de julho de 2003 é criado o PAA, por meio da Lei nº 10.696; b) em 14 de outubro de 2011, o art. 17, da Lei nº 12.512, autoriza a aquisição de produtos dos beneficiários fornecedores do PAA, por meio de dispensa de licitação; c) em 04 de julho de 2012, nos art. 17, 18 e 21, do Decreto nº 7.775, fica regulamentado os normativos e estabelece as formas de execução do PAA; d) em 22 de junho de 2015, o Decreto nº 8.473, estabelece no âmbito da Administração Pública federal, o percentual mínimo de 30% destinado à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, a partir de 1º de janeiro de 2016. Neste momento da evolução do marco regulatório as Organizações Militares (OM) do Exército Brasileiro (EB) começam a se estruturar para efetivação dessa determinação governamental; e e) em 10 de agosto de 2020, fica disposta a execução da modalidade "Compra Institucional", no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), por intermédio da Resolução nº 84, do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (GGPAA).

Para entender o PAA se faz necessário ter a compreensão de política pública como um conjunto de programas e ações do Estado com objetivo de enfrentar desafios e aproveitar oportunidades de interesse coletivo para o desenvolvimento de um determinado setor ou demanda (GONÇALVES; SILVA; LOVATO, 2014).

Para Saraiva e Ferrarezi (2006) a política pública deve ser orientada a manutenção do equilíbrio social ou a introdução de desequilíbrios que modifiquem a

realidade, é assim, portanto, um fluxo de decisão públicas, estratégico que se aplica a fins diversos.

Observa-se que o Estado, constituído pela lei, pelas políticas públicas e pela administração pública, lastreia a compreensão de organização pública soberana. Organização esta que é formada e conduzida por agentes públicos eleitos e não-eleitos, ou seja, por políticos, servidores públicos civis e militares, cabendo aos políticos a definição da lei e das políticas públicas e aos servidores públicos civis e militares, participar da formulação das políticas e execução das mesmas. O servidor público não pode se limitar a executar leis e políticas com a frieza de uma máquina, ele deve, também, ajudar os políticos a reformá-las ou formulá-las. Desta forma ele partilha do poder do Estado com a capacidade de agir e modificar a sua sociedade nacional (CARLOS; PEREIRA, 1998).

Com a redemocratização, a sociedade brasileira, aumentou as críticas, fiscalização e cobranças para com as administrações públicas buscando, com isso, garantir que grande parte da população possa ter melhoras em suas condições de vida. Como forma de atender a essas reivindicações da sociedade, o poder público se utiliza da elaboração e execução das políticas públicas dentre as quais se enquadram a de desenvolvimento da agricultura familiar, que carece de um aprimoramento para que sua efetividade seja vista por esta sociedade redemocratizada e ciente de suas necessidades reais (VAZ, 2006).

Nesse contexto também se enquadra a instituição Exército Brasileiro como integrante participativo da política pública de desenvolvimento da agricultura familiar, por intermédio do PAA, que é o tema central deste artigo. Principalmente depois da publicação, em 22 de junho de 2015, do Decreto nº 8.473, determinando que o percentual mínimo a ser observado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional para aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares é de pelo menos 30% (trinta por cento).

Vale ratificar que os compradores envolvidos e permitidas no PAA são os que fornecem alimentação, como hospitais públicos, forças armadas (Exército Brasileiro, Marinha do Brasil e Força Aérea Brasileira), presídios, restaurantes universitários, hospitais universitários, refeitórios de creches e escolas filantrópicas. E os que podem vender dentro deste programa são os agricultores e agricultoras familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, agricultores, extrativistas, pescadores artesanais, comunidades indígenas, comunidades quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais que possuam Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). As cooperativas e outras organizações que possuam DAP Jurídica também podem vender nesta modalidade de compras institucionais.

Ao colocar em cena o objeto deste artigo que são as aquisições de alimentos oriundos da agricultura familiar busca-se analisar as variáveis que influenciam nesse processo. Evitando com isso uma possível ineficiência na gestão de políticas públicas. Que foi exemplificada por Silva (2020), onde após uma análise das causas e efeitos da alocação errada de recursos públicos para construção de Estádio Nacional de Brasília para Copa do Mundo de 2018, evidenciou o papel fundamental das relações virtuosas entre os servidores e o Estado na efetividade de políticas públicas, bem como as implicações danosas que uma relação improdutiva pode causar para sociedade como um todo.

No caso de a agricultura familiar buscar o desenvolvimento de suas técnicas de cultivos, profissionalização de suas relações de compras e vendas em resumo fazer uma verdadeira gestão do seu pequeno negócio. Neste sentido podemos observar o

ocorrido na Argentina onde os agricultores familiares buscaram organizar suas atividades agrícolas tradicionalmente denominadas de familiares com o objetivo de transformá-las em verdadeiras empresas e de maneira mais profissional, assegurando assim a possibilidade de crescimento e garantindo o processo sucessório de seus projetos aos seus descendentes (NEIMAN; BOBER, 2016).

É importante ratificar o papel preponderante das relações ambientais envolvidas no processo de desenvolvimento da política pública de crescimento da agricultura familiar estimulada pelo PRONAF. Esse fator fica evidente em experiências virtuosas em países vizinhos como no Uruguai onde a plataforma de cultivo “Agrointeligente” se desenvolveu nesse viés de sustentabilidade. Segundo Scheuer (2021) a experiência do Uruguai buscava produzir mais e melhor, de forma sintonizada com o ambiente e com as mudanças climáticas, apoiando-se em inovação tecnológica e inclusão de todos os produtores da cadeia de valor.

Com a linha de raciocínio exposta e buscando entender melhor os processos de aquisições e o mercado fornecedor representado pela agricultura familiar, chegou-se a uma questão de partida que visa responder a seguinte pergunta: Como se configuram as publicações sobre o Pronaf e PAA na *Web of Science* entre os anos de 2019 e 2023?

Neste sentido e vislumbrando responder essa questão de partida realizou-se uma busca por artigos sobre o tema na base de dados *Web of Science*, onde foram selecionados inicialmente 58 (cinquenta e oito) artigos. A procura por estudos sobre o PAA é fundamental para o fornecimento de subsídios aos gestores envolvidos nas aquisições desses gêneros alimentícios. Apresentando assim, uma literatura que permita desenvolver uma visão geral e qualificada história recente do tema e sirva, também, de embasamento teórico para futuros estudos sobre as aquisições da agricultura familiar por parte dos entes da Federação Brasileira.

Ressalta-se ainda que este artigo é importante, original e viável, pois busca iluminar o tema do PRONAF e as aquisições por parte do PAA visando a otimização dos processos licitatórios para as aquisições de alimentos da agricultura familiar, num recorte temporal que vai de 2019 até 2023.

Esse artigo, além desta breve introdução, apresenta quatro outras seções. A segunda seção traz a revisão bibliográfica, a terceira apresenta o percurso metodológico, a quarta traz os resultados encontrados e, por fim, a quinta e última seção traz as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Buscando apresentar as necessidades e entraves da gestão pública da política do PRONAF e do PAA, esta sessão delimita o referencial teórico que inicialmente define as formas de avaliar as políticas públicas, e, por conseguinte, entender o fortalecimento da agricultura familiar através de seus fatores de influência.

A operacionalização de uma política pública pode ser fomentada por diversos setores da sociedade através de suas contratações e nesse mesmo sentido as compras governamentais podem, também, contribuir para esse desenvolvimento, pois observa-se cada vez mais a relevância dos valores envolvidos nas aquisições realizadas pelo Estado, onde a Administração persegue a regulamentação de sua execução aqui no Brasil (TORRES, 2011).

Nesse diapasão, as aquisições dos itens da agricultura familiar, no âmbito do Exército Brasileiro (EB), segue uma determinação constante do Plano de Descentralização de Recursos Logísticos (PDR Log), que enfatiza que o procedimento administrativo para compra institucional da agricultura familiar é a chamada pública, onde o limite mínimo de aquisições desses itens é 30% (trinta por cento). No EB dentre as mais variadas despesas executadas nas Organizações Militares (OM), existe uma despesa obrigatória e de grande relevância para vidas vegetativas das OM que são as que custeiam a alimentação do seu pessoal onde está enquadrada a supracitada despesa com os gêneros da agricultura familiar (BRASIL, 2020).

O que esse artigo pretende levantar dados dos estudos na ótica das aquisições e o cumprimento efetivo dessa determinação e os fatores que envolvem essas aquisições. Em estudo comparativo realizado em 2019, onde organizações militares envolvidas nas Chamadas Públicas para compras de gêneros alimentícios da agricultura familiar, observou-se que no 6º Depósito de Suprimentos, órgão responsável pelas aquisições na Bahia, teve 0% (zero por cento) de aquisições de itens da agricultura familiar (BORTOLI; CONCEIÇÃO, 2020).

Uma política pública é estabelecida para solução de um problema de caráter coletivo e notadamente relevante. Tem por finalidade resolver um problema público que tem implicações em diversas pessoas, onde é observada a presença de dois elementos basilares, que são: a intencionalidade pública e a resposta a um problema público (SECCHI, 2014).

Secchi (2014) ao introduzir o estudo do ciclo de políticas públicas, por intermédio do processo de elaboração de políticas públicas, afirma que o citado ciclo é um esquema de visualização e interpretação que organiza a sua vida em etapas interdependentes e sequenciais. Para Rúa (2014) o ciclo de políticas públicas é formado por cinco etapas: 1) definição do problema; 2) formação de agenda; 3) formulação; 4) implementação; e 5) monitoramento e avaliação. Inicialmente, procura-se identificar os problemas e após a sua definição, estabelece-se uma agenda representativa do tema foco da atenção do governo. Na terceira etapa de formulação dessas políticas, tem a finalidade de estabelecer soluções para atender as demandas postas pela sociedade. Na quarta etapa de implementação tem como característica primordial o conjunto de ações concretas para fazer essa política sair do papel e ser posta em prática. Finalizando o ciclo é realizada a avaliação e monitoramento dessa política pública, buscando verificar seus reais impactos e efeitos, assegurando, assim, a qualidade das ações por intermédio do seu exame continuado.

Uma abordagem das etapas do ciclo de uma política pública é definida como analítica, porém não fornece variáveis explicativas para os fatos analisados, sendo útil, apenas, na 10 definição de um recorte do objeto de análise, referenciando, assim, a separação em etapas, evidenciando a sua importância para os estudos dessas políticas (LIMA; D'ASCENZI, 2013).

Ao observar o ciclo de políticas públicas na sua etapa de monitoramento e avaliação, fica estabelecido que o foco deste trabalho é esta citada etapa, pois, muitas vezes, os impactos e consequências reais destas políticas públicas não projetam os impactos almejados na etapa de formulação (FREY, 2000).

Inicialmente para abordar um tema complexo como a política pública de fomento da Agricultura familiar (AF) cabe fazer algumas reflexões sobre a ideia de burocracia organizada no campo dos estudos críticos em administração observando os aspectos jurídicos e administrativos relacionados à burocracia que caracterizam o ambiente de atuação no contexto da política pública a ser estudada, correlacionando como a

“FRIEZA” de decisões burocráticas podem impedir o desenvolvimento da AF e os benefícios dessa política para o país como um todo.

Um exemplo prático dessa burocracia é o atendimento legal das recomendações jurídicas no processo de aquisição dos alimentos, do PAA, que são elaborados pelo ente público, tal burocratização/dispositivos legais, podem configurar uma barreira à inclusão dos fornecedores desses itens (agricultores familiares) no mercado governamental deixando de atender, assim, uma demanda do próprio Estado (TRAGTENBERG, 1980; PRESTES MOTTA, 1981).

Cabe ressaltar que em 2009, com a criação da Lei Nº 11.947/2009, lei essa que determina a utilização de no mínimo 30% do recurso total destinado à compra da alimentação escolar, deve ser realizada com a aquisição de produtos oriundos da AF, deu maior visibilidade e valorização institucional do mercado da agricultura familiar, como política pública. Porém é importante ratificar que a agricultura familiar começou a ser vista como política pública na segunda metade da década de 1990, quando foi criado o Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PLANAF) em agosto de 1995, que tinha um caráter apenas de fornecimento de uma linha de crédito para custeio. Depois das reivindicações da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) essa linha de crédito, serviu de base para criação do PRONAF em 1996 (SAVOLDI; CUNHA, 2010).

Porém em 24 de julho de 2006, com a Lei nº 11.326, a agricultura familiar se tornou importante e ganhou reconhecimento na legislação brasileira, mudando a situação desse campo agrário que já foi excluído de políticas públicas para um cenário novo de certo protagonismo (RATKE, 2013).

3 METODOLOGIA

Com o objetivo de realizar uma análise estatística e quantitativa dos artigos que envolvem as políticas do PRONAF e PAA foram avaliadas métricas bibliográficas, como o número de artigos publicados, autores com maior produtividade, periódicos de maior relevância, entre outros indicadores. Identificando assim as principais tendências do tema, reconhecendo os principais pesquisadores e as instituições envolvidas e avaliando o impacto das publicações científicas. A identificação de lacunas e oportunidades de pesquisa, fruto deste trabalho, ajuda na avaliação de produtividade e impacto científico do tema. A revisão da literatura sobre estudos que abordam a temática que envolve as aquisições de gêneros oriundos da agricultura familiar foram identificados na base de dados *Web of Science*.

A busca, realizada no período de 15/06/2023 até 06/07/2023, considerou todos os documentos contendo a combinação dos descritores expressos na “Tabela 1”, limitando-se aos artigos publicados entre 2019 e 2023. A escolha desse período justifica-se pela busca de publicações mais recentes. Os critérios de busca para a pesquisa bibliográfica seguiram conforme ilustrado na tabela 1.

Tabela 1 - CRITÉRIOS INICIAIS PARA BUSCA BIBLIOGRÁFICA

CRITÉRIO	DESCRIÇÃO
PALAVRA DE BUSCA	Pronaf, Programa de Aquisições de Alimentos, Agricultura Familiar
BASE DE DADOS	<i>Web of Science</i>
TIPO DE PUBLICAÇÃO	(Artigos publicados) acesso aberto/livre
INSERÇÃO DA BUSCA	Títulos, resumos e palavras-chave
PERÍODO DE BUSCA	De 2019 até 2023

Fonte: Elaboração própria (2023)

Na tabela 2, apresentada a seguir, busca-se demonstrar o percurso e os resultados da busca nas bases de dados *Web of Science*, bem como seus critérios e definição de filtros.

Tabela 2 - CRITÉRIOS PARA BUSCA DATA PLATAFORMA CRITÉRIO RESULTADO

DATA	PLATAFORMA	CRITÉRIO	RESULTADO
15/06/23 ATÉ 06/07/23	<i>Web of Science</i>	("family" and "farming") or "Pronaf" or ("Food" and "Acquisition" and "Program"), no período de 2019 até 2023, somente artigos e com acesso aberto, em português e inglês, nas categorias da WoS (política de economia agrícola, negócios, administração pública)	58

Fonte: Elaboração própria (2023)

Os arquivos extraídos da base de dados foram tratados no RStudio com o objetivo de unificar as bases de dados e suprimir os artigos duplicados. De onde restaram apenas 58 (cinquenta e oito) artigos. Foram utilizados no RStudio os seguintes comandos: "`<- convert2df("C:/bib/savedrecs.txt.txt", dbsource = "wos", format = "plaintext")`" com a finalidade de incorporar e converter o arquivo oriundo da base de dados *Web of Science*; e "`write.table(W, "C:/bib/dadosbiblio.csv", sep = ";", row.names = TRUE)`" com a finalidade de salvar o resultado desse tratamento dos dados oriundos da base *Web of Science*. Para posterior tratamento das informações.

A seleção dos artigos se deu conforme o fluxo da "TABELA 1". Foram selecionados na base de dados da *Web of Science* para posteriormente serem tratados no software VOSviewer com análises realizadas, também, no Bibliometrix. Como resultados dos tratamentos no RStudio chegou-se aos gráficos de 1 ao 5 que fazem parte do Bibliometrix, que é uma ferramenta de análise desenvolvida para o software estatístico R e oferece várias funcionalidades para a análise bibliométrica.

Para processar e visualizar informações bibliométricas e construir mapas com redes de proximidades foi escolhido o software VOSviewer (ARIA; CUCCURULLO, 2017).

A escolha da base para a realização das buscas se deu tanto pela relevância como pela possibilidade de extração dos dados necessários para a realização das análises disponíveis no VOSviewer. Decidiu-se pela *Web of Science* pois esta é considerada atualmente a base de dados mais utilizada em análises bibliométricas, dada sua facilidade de acesso aos dados de bibliografia e citação dos 12 mil periódicos mais influentes em todo o mundo (LIU Z; YIN; LIU W; DUNFORD, 2015).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os estudos identificados foram submetidos a processo de triagem eliminando-se, por meio da leitura dos títulos. Posteriormente foi feita uma leitura dos resumos dos artigos para certificação de que os mesmos são relevantes para o tema proposto. Os artigos selecionados, após o processo de triagem, foram submetidos a uma diferenciação por meio da leitura e a análise criteriosa do texto, excluindo-se os artigos que foram desenvolvidos fora do contexto da política pública e das aquisições institucionais.

Os artigos estão organizados segundo os parâmetros que fundamenta as análises e pormenorizados nas categorias de 1 a 5, conforme tabela 3, que se segue.

Tabela 3 - TEMÁTICA

CATEGORIA	QUANTIDADE	TEMÁTICA
1	5	Aquisições de itens e suas etapas (processos e eficiência)
2	10	Estudo do mercado fornecedor (agricultor familiar e vendas)
3	16	Estudo de política pública, do PRONAF e do PAA (implementação e análise)
4	21	Estudo de consequências/impactos do PRONAF e do PAA
5	6	DESCARTADOS POR NÃO TRATAREM DO TEMA

Fonte: Elaboração própria (2023)

Foram utilizados os métodos de análise bibliométrica da citação e da coautoria. Ao analisar as citações chega-se a importante indicar nos estudos bibliométricos, podendo-se aferir a influência dos documentos, países, autores e organizações, medindo assim a sua verdadeira relevância. Ao analisar a coautoria é mede-se a colaboração e relação entre autores, bem como das suas instituições. Além de conseguir-se demonstrar por meio dessas análises a abrangência internacional dos estudos, das referências científicas mais influentes e as frentes de pesquisa sobre o tema foco do pesquisador (GRÁCIO, 2020; SANGALLI; KAUCHAKJE, 2021).

Ao utilizar o VOSviewer na análise de dados extraídos da *Web of Science*, o primeiro arquivo gerado é uma tabela que dispõe os dados sobre países, instituições, autores, documentos e fontes onde os artigos foram publicados, e juntamente aos citados seguem dados quantitativos de números de citações e publicações, além da força de ligação dos itens analisados. A citada força da ligação é um número de associações que aquela informação se correlaciona com as demais (MACHADO, 2023).

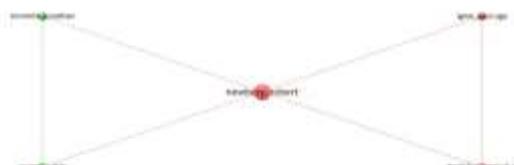
Ainda segundo Machado *et al* (2023) as conexões são feitas pelo número de links ou citações mútuas, que são representados por linhas, cuja espessura reflete a força de relação entre dois itens. Quanto menor a distância entre os itens no espaço bidimensional, maior a relação entre eles. De acordo com a intensidade dessas ligações é que ocorre a conformação de *clusters*, isto é, grupos de itens com aspectos comuns que são representados por uma mesma coloração.

Tabela 4 – AUTORES MAIS CITADOS

AUTORES	QUANTIDADE
NEWBERY, ROBERT	83
KIMMITT, JONATHAN	57
MUNOZ, PABLO	57
IGWE, PAUL AGU	26
MADICHIE, NNAMDI O.	26

Fonte: Elaboração própria (2023)

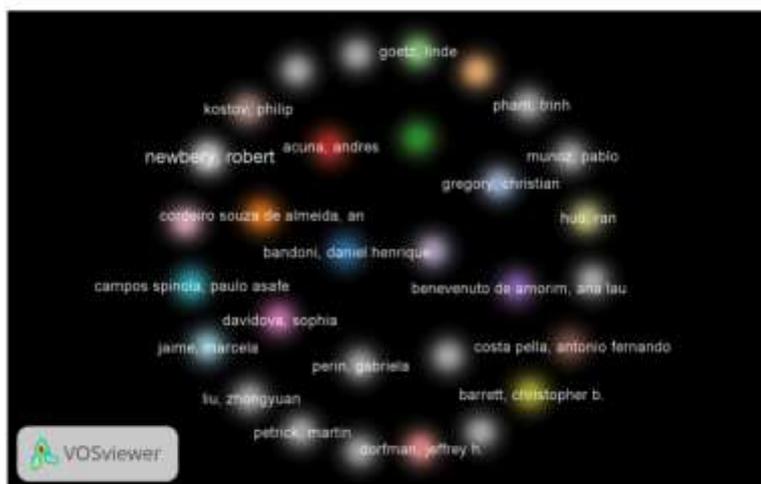
A figura 1 mostra os resultados de uma análise do VOSviewer, que gera ligações entre os autores. Na figura do VOSviewer exibido abaixo, linhas relacionam os diferentes autores, e a força dos links indica o número de citações em que dois deles ocorrem juntos; linhas mais grossas indicam um elo mais forte.

Figura 1 - AUTORES MAIS CITADOS.

Fonte: VOSviewer (2023).

Na figura 2 tem-se todos os autores que figuraram na pesquisa bibliométrica, sem fazer uma concorrência entre eles.

Figura 2 - AUTORES DO PERÍODO DE 2019 ATÉ 2023.



Fonte: VOSviewer (2023).

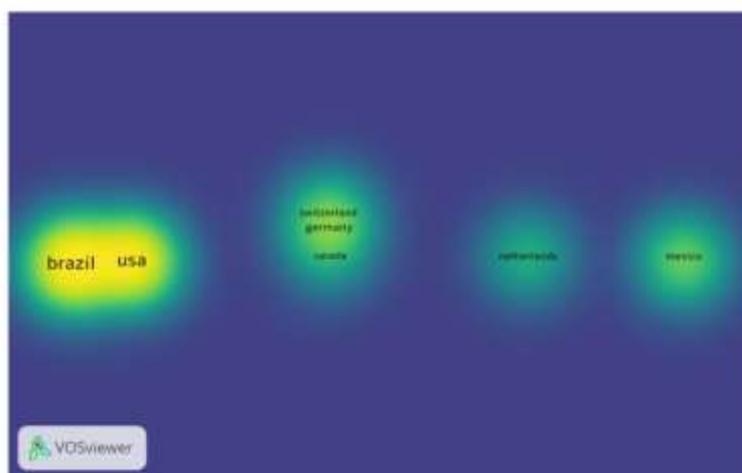
A tabela 5 e figura 3 mostram os resultados de uma análise do VOSviewer, que geram as informações sobre os países mais produtivos sobre o tema. Na figura 3 do VOSviewer seguem todos os países que figuraram na pesquisa bibliométrica com maior protagonismo, sem fazer uma concorrência entre eles.

Tabela 5 – PAÍSES MAIS PRODUTIVOS

PAÍS	DOCUMENTO	CITAÇÕES
NETHERLANDS	2	8
GERMANY	12	68
USA	3	25
CANADA	1	6
MEXICO	2	2
BRAZIL	12	24
SWITZERLAND	2	6

Fonte: Elaboração própria (2023)

Figura 3 - PAÍSES MAIS PRODUTIVOS NO PERÍODO DE 2019 ATÉ 2023.



Fonte: VOSviewer (2023).

A tabela 6 e figura 4 mostram os resultados de uma análise do VOSviewer, que geram as informações sobre as instituições nacionais mais produtivas sobre o tema.

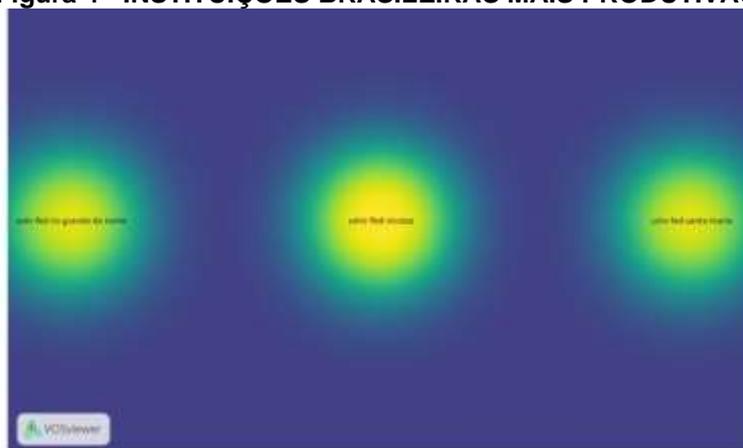
Na figura 4 do VOSviewer seguem as instituições nacionais que se destacaram na pesquisa bibliométrica, sem fazer uma concorrência entre eles.

Tabela 6 – UNIVERSIDADES BRASILEIRAS MAIS PRODUTIVAS

	DOCUMENTO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	3
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	2
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	2

Fonte: Elaboração própria (2023)

Figura 4 - INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS MAIS PRODUTIVAS NO PERÍODO DE 2019 ATÉ 2023.



Fonte: VOSviewer (2023).

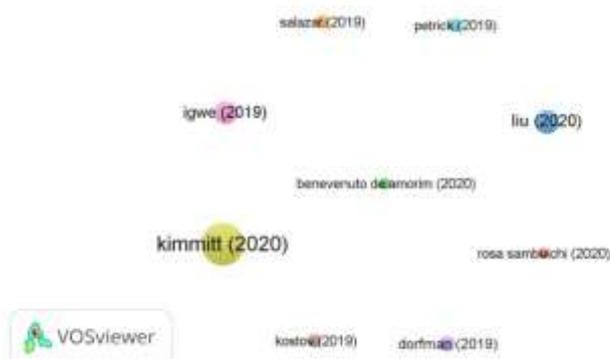
Na tabela 7 e figura 5 mostram os resultados de uma análise do VOSviewer, que geram as informações sobre os documentos mais citados sobre o tema e que poderão compor o referencial teórico de trabalhos futuros. Na figura 5 do VOSviewer exibida abaixo, observa-se a representação da força dos citados documentos na pesquisa bibliométrica, força esta, expressa no tamanho dos círculos.

Tabela 7 – ESTUDOS MAIS CITADOS

DOCUMENTOS	QUANTIDADE DE CITAÇÕES
KIMMITT (2020)	57
LIU (2020)	28
IGWE (2019)	26
DORFMAN (2019)	15
PETRICK (2019)	13
SALAZAR (2019)	13
KOSTOV (2019)	13
BENEVENUTO DE AMORIM (2020)	11
ROSA SAMBUICHI (2020)	10

Fonte: Elaboração própria (2023)

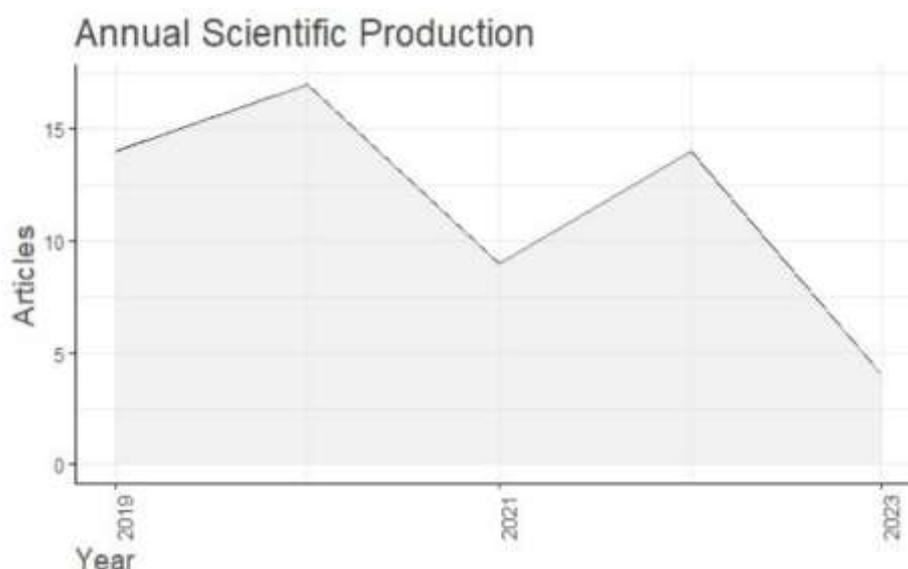
Figura 5 - ESTUDOS MAIS CITADOS.



Fonte: VOSviewer (2023).

Da análise do gráfico 1, extraído do Bibliometrix, observa-se a produção científica anual, onde destacamos o ano de 2020 como o ano mais produtivo no período estudado e uma queda de produção para o ano de 2021 que pode estar associada ao quadro da crise do COVID-19. A tendência é que a produção científica de 2023 ultrapasse a do ano de 2021, pois com a eleição do Presidente Lula, em 2022, o incentivo às políticas de fortalecimento da agricultura familiar voltam a ter importância e por consequência os estudos sobre essa retomada ganham um nova roupagem.

Gráfico 1 - PRODUÇÃO CIENTÍFICA ANUAL



Fonte: Bibliometrix (2023).

No período pesquisado de 2019 até 2023 sobre o tema do Pronaf e do PAA, mostrou um variado conjunto bibliográfico. A partir desta pesquisa, pode-se esboçar uma narrativa sintética da história recente do Pronaf e do PAA, sob uma análise crítica

e construtiva. Inicialmente destaco que não foram encontrados estudos no âmbito do Exército Brasileiro sobre o tema, o que figura como uma lacuna a ser preenchida.

A partir do Pronaf e dos instrumentos derivados dele outras políticas públicas voltadas aos agricultores familiares puderam ser realizadas cito como relevante a do PAA. O Pronaf teve um caráter desbravador e estruturante, nas ações do Estado destinadas à agricultura

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca por entender melhor os processos de aquisições e o mercado fornecedor representado pela agricultura familiar é de fundamental importância para que seja possível estudar de forma mais profunda o PRONAF e o PAA, para tal foi de importante verificar as configurações das publicações sobre os referidos programas na *Web of Science* entre os anos de 2019 e 2023.

Ao iniciar a busca por artigos sobre o tema na base de dados *Web of Science*, foram selecionados 58 (cinquenta e oito) artigos, o que revelou uma literatura que permite desenvolver uma visão geral e qualificada sobre o tema servindo para o embasamento teórico de estudos mais aprofundados e recortados sobre as aquisições da agricultura familiar por parte dos entes da Federação Brasileira.

Na busca pelas publicações mais relevantes verificou-se que os autores mais citados foram NEWBERY (83), KIMMITT (57), MUNOZ (57) e IGWE, sendo Brasil e Estados Unidos os países com maior número de publicações. No Brasil, especificamente, as Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) que mais produzem sobre o tema são a Universidade Federal de Viçosa, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e a Universidade Federal de Santa Maria.

No que concerne aos estudos mais citados tem-se o de KIMMITT de 2020, LIU de 2020 e IGWE de 2019, sendo, portanto, identificados como autores que merecem análise na construção de novos estudos.

O estudo aqui apresentado é um levantamento, dos anos de 2019 a 2023, de referências publicadas no período sobre o PRONAF e PAA, não tendo se apresentado como um estudo aprofundado, configurando-se como uma limitação. Limitação essa que se explica pelo objetivo e natureza do estudo - apresentar um panorama da produção acadêmica, relativa ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Espera-se que os resultados possam orientar no aprofundamento de novas pesquisas sobre a temática, considerando, principalmente, que a agricultura familiar deve receber no atual governo mais incentivos, sendo o incremento das compras pública muito relevante para o fortalecimento dessa.

REFERÊNCIAS

ARIA, M., e CUCCURULLO, C. (2017). bibliometrix: Uma ferramenta R para uma abordagem e análise de mapeamento científico. *Revista de Informetrics*, 11(4), 959-975.

BORTOLI, V. J; CONCEIÇÃO, M. G. (2020) Programa de Aquisição de Alimentos - modalidade compra institucional no Exército Brasileiro. Análise da aquisição para o Quantitativo de Subsistência nos Órgãos Provedores. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/9502/1/CGAEM_2021_2_majbortoli.pdf> . Acesso em: 09 out. 2022.

BRASIL. Decreto n.º 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm>. Acesso em: 09 set. 2022.

BRASIL. Decreto n.º. 7.775, de 2 de julho de 2012. Regulamenta o art. 19 da Lei n.º. 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos. Brasília. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm>. Acesso em: 09 set. 2022.

BRASIL. Lei n.º. 10.696, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.696.htm>. Acesso em: 09 set. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei n.º 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União. 2009; 17 jun.

BRASIL. Ministério do da Defesa. Exército Brasileiro. Comando Logístico. Plano de Descentralização de Recursos Logísticos (PDR Log 2020). Brasília, DF, 2020.

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar. Dados da Agricultura Familiar, 2019. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar.>> Acesso em: 29 set. 2022.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, n. 21, p. 211–259, 2000.

GRÁCIO MCC. Análises relacionais de citação para a identificação de domínios científicos: uma aplicação no campo dos Estudos Métricos da Informação no Brasil. Marília: Oficina Universitária; 2020.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v. 52, n. 1, 2014.

LIMA, L., D’ASCENZI, L. Implementação de Políticas Públicas: Perspectivas Analíticas. Revista de Sociologia e Política, v. 21, n. 48, p. 101–110, 2013.

LIU Z, Yin Y, LIU W, Dunford M. Visualizing the intellectual structure and evolution of innovation systems research: a bibliometric analysis. Scientometrics 2015; 103(1):135-158.

MACHADO, F V et al, Participação em saúde nas Américas: mapeamento bibliométrico da produção, impacto, visibilidade e colaboração, Ciência & Saúde Coletiva, 28(2):487-500, 2023.

NEIMAN, M; BOBER, G. (2016). El devenir reciente de la agricultura familiar en el capitalismo agrario de la región pampeana Argentina. *Revista política e Sociedade*, v.15, n 34. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15n34p339>>. Acesso em: 15 out. 2022.

PRESTES MOTTA, Fernando. *O que é burocracia?* São Paulo: Brasiliense. 1981.

RATKE, B. N. A. (2013) A agricultura familiar brasileira e o pronaf: apontamentos para a construção de um objeto jurídico. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/5350/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Bruna%20Nogueira%20Almeida%20Ratke%20-%202013.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2022.

RUA, M. das G. *Políticas públicas*. 3. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2014.

SANGALLI AF, KAUCHAKJE S. Uma introdução à bibliometria e cientometria: o caso do presidencialismo latino-americano. *Rev Política Hoje (UFPE)* 2021; 30(1):87-160.

SANTOS, L. F.; SOUZA, W. J. De; RESENDE, T. C. Impactos Econômicos das Aquisições da Agricultura Familiar por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para os Municípios Mineiros. *Revista Eletrônica Multidisciplinar*, p. 2316–2317, 2020.

SARAIVA, H. (2006) *Introdução à teoria da política pública*. Políticas Públicas, Coletânea, Volume 1. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2914/1/160425_coletanea_pp_v1.pdf>. Acesso em: 03 out. 2022.

SCHEUER, J. M. (2021). Políticas de desenvolvimento rural sustentável à agricultura familiar Uruguaia diante da COVID-19. *Revista Verde Grande – Geografia e Interdisciplinaridade Universidade Estadual de Montes Claros*. v. 3, Nº 1. Disponível em: < <https://doi.org/10.46551/rvg26752395202116886>> Acesso em: 17 out. 2022.

SECCHI, L. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SILVA, M. S. *Políticas públicas ineficientes: dois estudos de casos no Brasil*. Trabalho de Conclusão de Curso, Brasília. 2020, Disponível em: <<https://repositorio.idp.edu.br/handle/123456789/3553>>. Acesso em: 17 out. 2022.

TRAGTENBERG, Maurício. *Administração, poder e ideologia*. São Paulo: Editora Moraes, 1980.

TORRES, Rafael Lopes. Licitações sustentáveis: sua importância e seu amparo constitucional e legal. *Revista do Tribunal de Contas da União*, n. 122, p. 102-119, 2011. p. 5

VAZ, J. C. A delicada disputa pelas cabeças na evolução do serviço público no Brasil pós-redemocratização. *Cadernos Enap, Brasília*, v. 1, p. 7-44, 2006. Disponível em: Acesso em: 07 out. 2022.